



**Ambiente & Educação**  
Revista de Educação Ambiental

ISSN 1413-8638 | E-ISSN 2238-5533

Volume 25 | nº 2 | 2020

Artigo recebido em: 19/05/2020

Aprovado em: 07/08/2020

### Taís Cristine Ernst Frizzo

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002) e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Desde 2007, é professora efetiva do Departamento de Ciências Exatas e da Natureza, Colégio de Aplicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID ID: [orcid.org/0000-0001-8934-7518](https://orcid.org/0000-0001-8934-7518)

## A AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO EM ESCOLAS PRÓXIMAS A UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Environmentalization of the curriculum in schools near conservation areas

### Resumo

O objetivo foi identificar e compreender as questões que agem em prol da ambientalização do currículo e as que se constituem como desafios para esse processo. O estudo ocorreu em uma escola do campo situada próximo ao Parque Estadual de Itapuã, RS. Utilizou-se uma abordagem etnográfica, com análise a partir de triangulação das fontes consultadas. Os resultados mostram que o engajamento dos professores com as questões ambientais, a gestão escolar, o espaço físico e as práticas pedagógicas podem contribuir com a ambientalização do currículo e com a Educação do Campo. As principais dificuldades estão relacionadas aos recursos financeiros e à mobilização dos estudantes para a preocupação ambiental e para a valorização do lugar.

**Palavras-chave:** Ambientalização. Educação Ambiental. Educação do campo. Currículo.

## Abstract

The objective of this study was to identify and understand actions in favour of the environmentalization of the curriculum, and issues that constitute challenges for this process. The study took place in a rural school located near the Itapuã State Park, RS, Brazil. An ethnographic approach was applied, with analysis based on the triangulation of the sources consulted. The results show that the engagement of teachers with environmental issues, school management, physical space and pedagogical practices can contribute to the environmentalization of the curriculum. The main difficulties are related to financial resources, and engaging students with environment awareness and appreciation of the place.

**Keywords:** Environmentalization. Environmental Education. Rural education. Curriculum.

## Introdução

Esse texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada entre 2014 e 2018, com escolas situadas próximo a unidades de conservação em Porto Alegre e em Viamão, Rio Grande do Sul. As escolas participantes da pesquisa pertencem às redes públicas estaduais e municipais e, em sua maioria, são escolas do campo. Para este trabalho, serão apresentados os resultados relacionados à Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M.E.F.) Frei Pacífico, vizinha ao Parque Estadual de Itapuã (PEI), em Viamão. O objetivo tratado aqui foi identificar e compreender as questões que agem em prol da ambientalização do currículo ou que se constituem como desafios para esse processo.

O tema pesquisado relaciona-se aos processos de ambientalização do currículo na Educação Básica, ou seja, aos modos como a questão ambiental vem se construindo nas escolas, seja em função da Educação Ambiental ou de outros processos que corroboram com a ambientalização desses espaços educadores. Cabe observar que, em acordo com outros autores, a ambientalização do currículo integra, de forma abrangente, várias ações que se referem às questões ambientais na escola, o que inclui a educação ambiental. Assim, compreende-se a Educação Ambiental como um agente e como um efeito da ambientalização do currículo (Leite Lopes, 2006; Carvalho; Toniol, 2010; Farias, 2013; Borges, 2014). De acordo com Farias (2013), a Educação Ambiental opera na internalização da questão ambiental nos indivíduos e nas

instituições, enquanto agência; e como efeito, resulta em ações que promovem a ambientalização.

A ambientalização é definida por Carvalho *et al.* (2011) como um processo no qual a preocupação ambiental é internalizada, individualmente, na consciência dos indivíduos, e socialmente, nas relações sociais. Com relação aos processos de ambientalização do currículo, os autores destacam a importância das práticas pedagógicas como “operadores de legitimidade social, de crença e de identidade cultural” (Carvalho *et al.*, 2011: 39).

O campo da ambientalização das escolas ainda é pouco explorado, se compararmos com as pesquisas relacionadas à Educação Ambiental nessas instituições. De fato, os estudos sobre ambientalização mais frequentemente encontrados tratam dos processos que ocorrem no Ensino Superior (Frizzo, 2017).

Compreender o processo de ambientalização da escola demanda observar vários fatores, como o acesso às políticas educacionais, a gestão escolar, as relações com a comunidade, a agência do lugar sobre o currículo (neste caso também a relação com as unidades de conservação), entre outros elementos que podem vir a motivar a tomada de decisões e a produção das ações pedagógicas, dentro e fora da sala de aula (Frizzo, 2018).

A valorização do lugar nos processos educativos, intencionalmente elencada pelos educadores (escola, família, comunidade, religião) ou não, traz à tona as vivências individuais e sociais, que podem ser mais ou menos influenciadas pela natureza que nos cerca. Considera-se aqui o lugar como o espaço vivido, que abrange a relação dos humanos com o mundo, as vivências, a dimensão da existência (Santos, 1997). O lugar compreende, assim, a comunidade, as instituições, os conflitos, entre outros, além do espaço geográfico local.

Um desafio atual é considerar as realidades do próprio lugar nas ações pedagógicas. Zakrzewski (2007) aponta a importância de trazer as questões socioambientais para as escolas do campo de acordo com sua relevância em nível local, conectadas com a realidade global. No entanto, muitas vezes as escolas não elencam as questões ambientais locais como maneira de abordar a Educação Ambiental e apenas temas muito abrangentes ou globais, como os

relacionados à problemática dos resíduos sólidos e à reciclagem, são priorizados.

Por exemplo, a pesquisa de Schmitt (2017) nas escolas do campo do Núcleo Regional de Francisco Beltrão, no Paraná, mostrou que a “reciclagem de lixo” foi o tema mais citado pelos professores sobre as atividades de Educação Ambiental. Santos e Teixeira (2016) identificaram que os temas relacionados ao lixo e reciclagem, à preservação ambiental e à água são os mais trabalhados nas escolas do campo da região da Serra da Jiboia, na Bahia. Os autores apontam que os assuntos são tratadas de forma ingênua, descontextualizada da realidade do campo e que não há reflexão sobre as questões socioambientais locais. Schmitt (2017) e Santos; Teixeira (2016) também observaram a presença de uma perspectiva naturalista e de uma metodologia conservadora nas escolas do campo onde desenvolveram suas pesquisas.

Nesse aspecto, os problemas locais e a valorização de áreas naturais preservadas são preteridos e a preocupação se volta a questões ambientais globais, como as dificuldades relacionadas à destinação dos resíduos sólidos. É importante observar que a problemática dos resíduos sólidos busca esperança pela via da reciclagem, que é frequentemente tratada, nas escolas, de forma normativa. Muitas vezes busca-se ensinar as regras para um comportamento “ecologicamente correto”, deixando de oportunizar uma reflexão e conhecimento sobre a complexidade do processo (FRIZZO, 2018).

Santana *et al.* (2018), que analisaram a percepção dos estudantes de escolas localizadas na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, em Alagoas, também destacam a preocupação dos mesmos com os resíduos e com o desperdício de água. Os autores observaram que as escolas não conseguiram trabalhar de forma a tratar os conteúdos sob a perspectiva de uma Educação Ambiental com compromisso social, crítica e emancipatória.

Ainda sobre as percepções de estudantes de escolas próximas a unidades de conservação, pode-se citar o trabalho de Meireles *et al.* (2018). Os resultados mostraram que os estudantes identificavam problemas ambientais locais, como os resíduos sólidos, a dengue e o desmatamento, mas ainda sob uma ótica naturalista. Os autores relatam que após as atividades promovidas

pelo grupo de pesquisadores na escola houve mudança nas percepções dos estudantes, que ampliaram seus conhecimentos e passaram a considerar o ser humano ou a sociedade como parte do ambiente.

Souza; Aguiar (2018) verificaram a percepção ambiental de estudantes de duas escolas inseridas no entorno da Reserva Biológica do Jarú, Rondônia. Foram aplicados questionários antes e depois de intervenções realizadas pelos pesquisadores junto aos estudantes. Os resultados evidenciaram mudanças positivas na percepção dos alunos em relação às temáticas tratadas nos encontros, a saber, água, solo/agrotóxicos, fauna/flora, resíduos sólidos e queimadas. Foi destacado pelos autores que a abordagem do conteúdo observou a realidade da região, tanto para a comunidade como para a conservação dos recursos naturais das unidades de conservação.

A pesquisa de Pires (2011) com turmas de oitava série do Ensino Fundamental do sudoeste do Paraná mostrou que a Educação Ambiental não se articula socioculturalmente com o que está fora da escola, o que dificulta a possibilidade de mudanças sociais.

Além do que foi elencado acima, outras dificuldades são enfrentadas pelas escolas do campo ao trabalhar a Educação Ambiental. Melo (2011) analisou a presença da Educação Ambiental a partir das vozes dos professores de escolas rurais e dos secretários e diretores de ensino das secretarias municipais de educação do Jalapão. Os resultados mostraram o descontentamento dos professores com a falta de infraestrutura e com o currículo multisseriado das escolas, elencando também esses fatores como desafios para a inserção das questões ambientais no currículo. O autor aponta a necessidade de uma política pública local em apoio à implantação da temática ambiental nas escolas.

Frente às pesquisas apresentadas, que ilustram alguns exemplos de abordagens, ações e percepções sobre a Educação Ambiental observadas nas escolas em diferentes regiões brasileiras, nota-se a carência de uma conduta reflexiva e engajada com as realidades locais. Uma perspectiva reducionista ou baseada apenas em aspectos ecológicos, que desconsidera as questões sociais, econômicas e políticas, deixa de impulsionar o movimento e a reflexão e não traz à tona sentimentos significativos para que as comunidades se

comprometam e busquem estratégias para lidar com os problemas. De acordo com Zakrzewski (2004):

Uma EA crítica e emancipatória no meio rural pode contribuir para que os indivíduos que vivem neste meio se percebam como sujeitos ativos na apropriação e na elaboração do conhecimento, seja ele referente ao mundo natural ou ao cultural, e compreendam que são agentes de mudanças na realidade em que vivem, podendo contribuir para a sua transformação. (ZAKRZEWSKI, 2004: 85)

A Educação Ambiental tratada de forma descontextualizada do ambiente em que vivem os estudantes, os professores e a comunidade dificulta a valorização das áreas preservadas, caso das unidades de conservação, e das próprias pessoas e culturas locais. Nas escolas do campo, especialmente, os modos de vida devem ser considerados, como orientado pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002). Além disso, uma abordagem normativa, pontual ou que considere apenas uma dimensão de saberes limita a reflexão e a própria relação cotidiana com os problemas socioambientais.

### **Percurso metodológico**

A pesquisa teve como base uma abordagem de inspiração etnográfica, sendo utilizados como recursos observação participante, registros em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos escolares e de políticas educacionais. As entrevistas foram realizadas com professores, gestores, membros da comunidade e funcionários do Parque Estadual de Itapuã (PEI). Os nomes dos interlocutores apresentados neste texto são fictícios.

As informações oriundas dos interlocutores, da literatura e dos documentos foram base para a análise, utilizando-se a triangulação das fontes proposta por Olivier de Sardan *apud* Forquilha (2013).

O estudo teve como foco o trabalho realizado na E.M.E.F. Frei Pacífico, que está localizada próxima ao Parque Estadual de Itapuã e pertence à rede municipal de Viamão, RS. O PEI fica a 57 quilômetros de Porto Alegre e a 36 quilômetros da sede municipal de Viamão e é uma unidade de conservação de Proteção Integral pertencente ao Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul.

Com relação ao local da pesquisa, cabe observar que a implantação do PEI deu-se de maneira conflituosa, pois foi instalado em uma área que era utilizada há muitos anos de outras formas, com atividades de exploração mineral e como parque turístico, entre outras. Muitas atividades que ocorriam no local foram proibidas por promover grande impacto ambiental, como a exploração do granito.

Apesar de reconhecer o ganho com a conservação ambiental, a comunidade mostra-se incomodada pelo impacto da perda de trabalho e de moradias e terras na época da instalação do parque. Atualmente, as regras de uso e a cobrança de taxa para o ingresso dos visitantes, inerentes às unidades de conservação, também são relatadas como um fator de descontentamento.

De fato, essas ações são coordenadas pela legislação pertinente às unidades de conservação no Brasil, que foi construída sob um ideário de preservação da natureza livre da presença humana. As unidades de conservação no Brasil foram criadas sob a influência da perspectiva de conservação estadunidense, o que ainda é mantido no atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) na categoria de Proteção Integral. As unidades de conservação de Proteção Integral não permitem a presença de residentes, assim as famílias que viviam na área destinada ao PEI foram retiradas com desapropriações de terras. Algumas pessoas ainda não tinham sido indenizadas no período da pesquisa.

### **A proposta da escola: aprendizado sustentável**

A E.M.E.F. Frei Pacífico foi fundada em 1964, com o intuito de acolher as crianças da região, filhas de funcionários do Hospital Colônia de Itapuã (HCI)<sup>1</sup> e das famílias de agricultores que vieram para Itapuã na ocasião da reforma agrária, entre 1959 e 1962. Inicialmente, a escola funcionava dentro da área do HCI, mantendo o caráter de ensino privado. Em 1975, passou a ser administrada pela Prefeitura Municipal de Viamão e, no início dos anos 2000, ganhou uma nova sede. Além do HCI, atualmente muitos estudantes são ori-

---

<sup>1</sup> O Hospital Colônia Itapuã, inaugurado em 1940, foi o último dos 37 “leprosários” construídos no Brasil, como resultado de uma política nacional de controle e prevenção da hanseníase.

undos das comunidades denominadas “Colônia Japonesa”, onde muitas famílias se dedicam ao cultivo de hortaliças, e “Horto das Oliveiras”. Este último caracteriza-se pela presença de novos moradores, muitos vindos de outras regiões de Viamão e de Porto Alegre.

De acordo com Borges *et al.* (2018), ainda que não tenha sido criada a partir de demandas dos movimentos de Educação do Campo, a escola Frei Pacífico apresenta uma territorialidade rural e atende predominantemente populações do campo, sendo considerada uma escola do campo.

O processo de construção da nova escola envolveu a comunidade e a Prefeitura Municipal de Viamão, que contou com a assessoria do Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação (NORIE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como a sede seria construída ainda mais próxima do PEI, a ideia era construir uma escola sustentável. Dessa forma, o projeto foi realizado a partir da arquitetura sustentável, utilizando materiais de baixo impacto ambiental, aproveitando os condicionantes físicos do terreno para o conforto térmico e entrada de luz, entre outras tecnologias.

O objetivo era ir além do espaço físico, incluindo nas ações e no currículo uma proposta de “aprendizado sustentável”, mote do projeto pedagógico “Aprendizagem Sustentável: uma prática para um mundo melhor”.

A professora dos Anos Finais Josiane, moradora de Itapuã, relata que o projeto da escola era “construir um ambiente participativo e agradável com sustentabilidade, respeitando as opiniões, acolhendo sugestões da comunidade escolar, em que os alunos sejam os principais atores desta construção”.

As professoras Cláudia e Márcia trabalham na escola desde a época em que ainda se localizava dentro da área do HCI. Cláudia é moradora de Itapuã e participou ativamente das negociações para a construção da nova sede, e destaca que é importante trabalhar com a sustentabilidade, pois o fato da escola ter uma edificação sustentável não poderia ser apenas uma “aparência”, mas que as ações pedagógicas também precisavam ser voltadas para o projeto. Márcia, que mora em Porto Alegre, enfatiza a importância de trabalhar junto aos estudantes a valorização da região de Itapuã. Para isso, ao longo do estudo observaram-se atividades pedagógicas com foco no Parque Estadual de Itapuã e no Hospital Colônia de Itapuã, por exemplo.

Além de estratégias orientadas propostas pelas professoras, como a realização de visitas no parque e no hospital, palestras com os profissionais destas instituições e proposta de projetos de estudo sobre o tema, a proximidade com o Parque Estadual de Itapuã pode ser explorada a partir de outras situações. Um fato envolve a presença do bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*) na região, cuja população provavelmente mantém-se em função do ambiente preservado do Parque Estadual de Itapuã. Obviamente, os animais não vivem em “mundos fechados”, nem físicos, já que não se submetem aos limites da área do parque; nem são alheios ao mundo dos animais humanos. De fato, os bugios aparecem com certa frequência nas residências e nas escolas de Itapuã, estabelecendo relações mais ou menos tensas com os humanos.

De acordo com o relato da professora Beatriz, que atuava na gestão, um ex-aluno levou um bugio-ruivo machucado para a escola. Ele dizia que possivelmente o animal tinha sofrido o ataque de um cachorro. No entanto, o ex-aluno estava a cavalo e mantinha o bugio preso em uma corda. Ainda que uma professora o tivesse alertado sobre maus tratos, ele afirmava que queria ficar com o bugio como animal de estimação. Em um determinado momento o animal tentou escapar e acabou se machucando de forma mais grave. Como consequência, o animal ficou gravemente ferido e foram contatados os órgãos responsáveis para realizar o salvamento e o tratamento do bugio. Todo o processo se desenrolou por um longo período e contou com a dedicação das gestoras e professoras, entre outras pessoas envolvidas.

Ao longo da pesquisa foi observado que os professores e gestores compartilhavam certas formas de pensar e de agir de uma forma ecologicamente orientada. Exemplos cotidianos, como a preocupação com o bem-estar dos animais domésticos e silvestres e com a separação dos resíduos sólidos, o cuidado com o desperdício de alimentos e de materiais, os discursos em defesa da natureza, entre outros, foram observados nas ações da maioria das professoras ao longo do estudo. Algumas ações estavam relacionadas às opções que foram feitas ao longo da vida. Por exemplo, a professora Josiane mudou-se para Itapuã para trabalhar na escola, por acreditar no projeto, e para viver mais próximo a um local de preservação da natureza.

O protagonismo dos educadores nas práticas educativas relacionadas às questões ambientais na escola também foi observado por outros autores. Borges (2014) destaca as trajetórias de vida das educadoras ambientais que participaram de sua pesquisa como um fator que contribui na formação de uma identidade coletiva. Esses grupos partilham modos de incorporar e produzir “certo ideário ecológico e utopias para a educação” (Borges, 2014: 157). Além desse autor, Grohe (2015) e Silva (2013) observaram que diferentes profissionais, especialmente professores, levavam a cabo a tarefa de contribuir com a ambientalização da escola, utilizando diferentes estratégias para isso.

Carvalho (2008) investigou as histórias de vida de lideranças e educadores identificados com uma orientação ecológica. A autora compreende que essa orientação está associada a um processo de subjetivação, onde um conjunto de crenças e valores ecológicos está presente nas ações dos sujeitos, o que foi então relacionado à categoria denominada “sujeitos ecológicos”.

Tanto nas pesquisas desses autores, como no observado na Frei Pacífico, cabe destacar as motivações individuais desses profissionais, relacionadas à crença no ideário ecológico. De acordo com Frizzo (2018), um currículo ambientalizado pode atrair professores que se identificam com uma orientação ecológica. Da mesma forma, esses professores contribuem atualizando e potencializando a ambientalização do currículo, em sua constituição e em sua prática.

Ainda que as práticas do projeto da escola estivessem em andamento, o Projeto Político Pedagógico (PPP) estava sendo atualizado durante o período da pesquisa, sendo concluído em 2018. O documento anterior apresentava a dimensão “Meio Ambiente” como base para o trabalho de todas as disciplinas, mencionando a localização da escola em uma zona rural e próxima a uma unidade de conservação. No PPP de 2018<sup>2</sup> a escola coloca-se comprometida com uma formação da cidadania que respeite a identidade dos estudantes, considerando a proximidade com o Parque Estadual de Itapuã, o Hospital Colônia de Itapuã e a reforma agrária. O documento cita, ainda, que tais características singularizam a Frei Pacífico enquanto escola do campo, e entende que os sa-

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis nos Projetos Políticos Pedagógicos da E.M.E.F. Frei Pacífico, da rede municipal de Viamão, RS.

beres escolares devem observar as matrizes culturais da comunidade. Além da localização, como citado acima, também são destacadas as relações com a terra, as relações de pertencimento, a transmissão da memória coletiva, as origens, a identidade coletiva e a oralidade. Essa contextualização no PPP busca sustentar o foco na sustentabilidade e na valorização de Itapuã, enquanto escola do campo próxima a uma unidade de conservação.

O fato de ter, aliado à estrutura física, o empenho da gestão, dos professores e, conseqüentemente, a adaptação do currículo com o objetivo de construir uma escola sustentável, mostra que as ações podem estar relacionadas também ao incentivo de políticas públicas.

Nos textos que compõem a publicação “Espaços Educadores Sustentáveis”, do Ministério da Educação, é apontado que a adaptação da estrutura física da escola deve ser articulada aos conteúdos curriculares e à gestão escolar para que possa ter um caráter educador (Borges, 2011) e contribuir com a formação de uma nova cidadania (Moreira, 2011).

As orientações dos programas Mais Educação (Brasil, 2010) e Salto para o Futuro (Brasil, 2011) incentivam a constituição do tripé “espaço físico”, “gestão” e “currículo” nas escolas, como modo de garantir a perenidade da preocupação ecológica no currículo. Além disso, um currículo ambientalizado dificilmente se mantém apenas com a criação de espaços físicos sustentáveis ou com atividades pontuais, é preciso contar com o engajamento de toda a comunidade escolar e estar contemplado nos documentos escolares.

### **O engajamento dos estudantes: “Sora, a gente mora aqui, né?!”**

A escola é palco da tensão entre os interesses da instituição, influenciando desde a formação dos professores, passando pela orientação de matrizes curriculares e políticas educacionais e chegando ao trabalho docente, entre outras questões, além das expectativas dos estudantes e de suas famílias.

Uma questão que surge nessas relações entre escola/professores e estudantes é a diferença de objetivos dos mesmos. Enquanto os primeiros buscam fomentar a construção de uma identidade na escola e o pertencimento ao lugar, de modo a estimular a valorização de Itapuã e a permanência futura

dos estudantes no campo, muitos deles, em especial os adolescentes, demonstravam desejo em mudar-se para a cidade. Seus sonhos vislumbravam a cidade movimentada, com muitos jovens, quadras esportivas, cinemas e *shoppings centers*. De acordo com Zago (2016), nas últimas décadas a população que integra os movimentos migratórios do campo para a cidade é mais jovem. O estudo realizado com jovens de áreas rurais do oeste do estado de Santa Catarina mostra que um dos fatores que justificam o êxodo é a ampliação do capital escolar, buscado para inserção no mundo do trabalho, mas também relacionada com a necessidade de superação de pejorativos relacionados aos moradores do campo.

O interesse dos estudantes pela temática ambiental ainda é um ponto que demonstra certa fragilidade. Na Frei Pacífico, os professores trabalhavam para a valorização de Itapuã, com a crença de que seu cenário natural e de relevância ecológica poderia interferir positivamente nas opções de permanência dos jovens no campo. No entanto, os estudantes estavam habituados a viver neste local com áreas naturais preservadas. Um guarda-parque do PEI relatou, a partir de suas experiências com grupos escolares, que os estudantes da região já estavam acostumados com os animais e não se surpreendiam ao avistar capivaras e bugios; além disso, observou que eles já tinham uma ideia do que é uma unidade de conservação.

A professora Josiane contou sobre uma aula realizada embaixo de uma figueira. Os estudantes pareciam agitados e não conseguiam se concentrar nas atividades. Os professores pediram que observassem o entorno, a figueira, chamando a atenção para os aspectos da natureza. Num dado momento, um deles falou: “Sora, tipo assim... a gente mora aqui, né?!”. Ou seja, aquela não era uma paisagem que causasse surpresa para os alunos; morando em Itapuã esse cenário era parte de seu cotidiano. A perspectiva dos professores era de que, ao sair do ambiente de sala de aula, poderiam sensibilizar os estudantes para a importância das áreas naturais, trabalhando a valorização de Itapuã e estimulando a permanência dos jovens no local.

A professora Cláudia afirmou que os estudantes da Frei Pacífico conheciam as plantas e os animais da região e não tinham “problema de espaço”, pois realizam, em seu cotidiano, muitas atividades ao ar livre, como

andar a cavalo. Ela destacou, ainda, o fato de conviverem com espécies nativas e conhecerem as plantas e os animais da região, o que também observei quando acompanhava os grupos de estudantes em atividades de estudos fora da sala de aula.

Essa sensação de não valorização do lugar por parte dos estudantes contrapunha a concepção de permanência no campo, segundo comentou a professora Josiane. Nessa perspectiva, a escola Frei Pacífico estimulava a permanência no campo, desencorajando as migrações para as zonas urbanas. De acordo com Zakrzewski (2007), criar um vínculo de pertencimento dos sujeitos é um dos grandes desafios das escolas do campo e possibilita conhecer e promover a conservação da diversidade biológica e cultural.

Na Frei Pacífico, os professores buscavam a valorização de Itapuã como forma de incentivar a preservação das áreas naturais e de evitar ou de minimizar os movimentos migratórios para a cidade. Assim, buscavam enfatizar questões locais sem eleger somente as preocupações ecológicas globais, como foi observado nas outras escolas participantes da pesquisa. Uma professora relatou que considerava a escola em uma “imersão ambiental”, em relação estreita com o Parque Estadual de Itapuã, com o Hospital Colônia Itapuã e com a comunidade.

A valorização do lugar reverbera tanto nas políticas para a Educação Ambiental como para a Educação do Campo e precisa ser considerada no planejamento e nas ações pedagógicas nas escolas.

### **A estratégia de projetos**

O projeto “Aprendizagem Sustentável: uma prática para um mundo melhor” foi elaborado em 2015 e contemplava atividades que já existiam na escola, como as oficinas, entre as quais a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA) e a oficina de empreendedorismo; o Projeto do Meio Ambiente<sup>3</sup>; além de uma modificação na estrutura das aulas das demais disciplinas.

---

<sup>3</sup> Proposta da Secretaria Municipal de Educação de Viamão para as escolas da rede.

Desde 2011, a escola Frei Pacífico oferecia oficinas de Educação Ambiental para os estudantes, em alguns períodos com assistência do Programa Mais Educação (Brasil, 2010). O programa apoiou diversas escolas no Brasil, como também é apontado nos estudos de Grohe (2015), Frizzo (2018) e Schmitt (2017). Por exemplo, de vinte e cinco escolas do campo participantes do estudo de Schmitt (2017), dez foram contempladas no programa, que deu suporte às atividades de Educação Ambiental nessas instituições. O foco desse estudo foi compreender as práticas da Educação Ambiental nas escolas do campo do Núcleo Regional de Francisco Beltrão, no Paraná.

Além do Programa Mais Educação, cabe destacar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – Escola Sustentável, ambos ligados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal, com fim de incentivar a criação de escolas sustentáveis ou espaços educadores sustentáveis.

Várias escolas participantes da pesquisa acessaram os recursos desses programas, que eram principalmente destinados à construção de hortas e à compra de equipamentos para a separação dos resíduos sólidos (FRIZZO, 2018). Antes do estudo realizado na Frei Pacífico, outras escolas localizadas próximo a unidades de conservação de Porto Alegre e de Viamão foram visitadas. Um fato interessante é que todas as escolas visitadas no início da pesquisa buscaram recursos do PDDE - Escola Sustentável para a compra de coletores especiais para a separação dos resíduos. Os gestores investiam nos coletores e acreditavam na importância de trabalhar com os estudantes os aspectos relacionados à separação e à reciclagem dos resíduos. Esse processo foi relatado inclusive em escolas onde não havia coleta seletiva de resíduos. Apesar desse procedimento, as mesmas escolas trabalhavam em ações que partiam de uma abordagem prescritiva e normativa de Educação Ambiental. O foco era ensinar como separar os resíduos, a forma certa e a forma errada, sem relacionar os processos da produção e da destinação dos resíduos de forma crítica e complexa. Não havia referência sobre abordagem de questões ambientais locais ou de valorização da unidade de conservação.

Aliada às políticas educacionais daquele momento, a escola Frei Pacífico também criou a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA)<sup>4</sup>. Inicialmente, conforme relatado por um ex-oficineiro, a ideia era construir uma horta autossustentável e minhocários artesanais, com compostagem orgânica e captação de água da chuva. Em 2010 e 2011, as oficinas promoveram atividades direcionadas para cada etapa escolar, tais como “Mural Ecológico”, “Jogo da Conduta Consciente”, “Fauna e Flora Local”, “Valor Turístico Ecológico do Distrito de Itapuã” e “Trilha no Parque de Itapuã”. No ano de 2013 ocorreu a Conferência Municipal Infantojuvenil pelo Meio Ambiente em Viamão, e a escola participou apresentando um trabalho sobre o plantio de hortas suspensas elaborado nas oficinas.

Na oficina COM-VIDA o foco era a horta escolar e as práticas para o cuidado com a escola (BORGES *et al.*, 2018). Uma das dificuldades apontadas pelos professores da Frei Pacífico foi a falta de interesse dos estudantes pelas atividades realizadas nos encontros da COM-VIDA. Poucos estudantes demonstravam disposição para as atividades relacionadas à horta escolar.

O projeto de aprendizado sustentável da Frei Pacífico era a base das ações na escola. Havia as oficinas, que ocorriam no contraturno, e as demais disciplinas que foram organizadas de forma diferente. Entre segunda-feira e quinta-feira ocorriam as aulas dos componentes curriculares Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira – Inglês, História, Geografia, Ciências e Matemática e nas sextas-feiras eram trabalhados os “Projetos”. Nas tardes de sexta-feira eram realizadas reuniões de planejamento, com a presença dos professores e gestores. Além das oficinas e dos Projetos, as demais disciplinas também faziam parte da proposta, ou seja, essa era a linha a ser seguida em todos os momentos de aula na Frei Pacífico.

Dentre os objetivos específicos do projeto constavam “implementar o uso racional dos recursos da natureza”, “mobilizar ações locais”, “discutir sobre os problemas ambientais a nível nacional, regional e local”, “conhecer e valorizar a história e cultura da sua região” e “melhorar as atitudes e

---

<sup>4</sup> A COM-VIDA está ligada ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Escolas Sustentáveis, políticas do Governo Federal brasileiro na época, com objetivo promover a sustentabilidade na escola, sendo um elemento estruturante na constituição de espaços educadores sustentáveis.

comportamentos de cada indivíduo”. A gestora afirmou que o projeto contemplava todos os momentos e que os conteúdos escolares entrariam na sequência das aulas a partir dos temas geradores e do foco na sustentabilidade. Uma professora explicou que a proposta, com o desenvolvimento do trabalho, era “puxar o conteúdo para o tema do projeto”, “trabalhar o currículo voltado para o projeto”.

A organização das turmas de Projetos era diferente dos demais componentes curriculares, pois formavam-se grupos multisseriados dos quatro Anos Finais do Ensino Fundamental, cada qual orientado por dois professores de diferentes áreas do conhecimento, em docência compartilhada. Em cada turma, os estudantes se dividiam em grupos menores, com cerca de cinco componentes, com os quais trabalhavam em um projeto cujo tema era escolhido por eles, relacionado ao eixo do trimestre. Dessa forma, havia três edições de Projetos ao longo do ano letivo, uma a cada trimestre.

Os eixos foram orientados pelas dimensões da sustentabilidade definidas por Caporal; Costabeber (2004), a saber: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. Com base nos referidos autores, adaptaram a proposta da escola, definindo “temas geradores” ou “eixos”, elencados por trimestre do ano letivo. Assim, os eixos do projeto tinham como função coordenar e ampliar o conceito de sustentabilidade. Ao longo do ano letivo os eixos foram: “Ecológico”; “Social e Econômico” e “Histórico, Cultural, Turístico”.

Os temas escolhidos pelos estudantes deveriam estar relacionados ao eixo de cada trimestre. A escolha acontecia após uma preparação inicial, motivada por um filme, uma discussão ou outras estratégias. Entre os temas elencados, observou-se: “Mata Ciliar”, “Alimentação Saudável”, “Água” e “Parque Estadual de Itapuã”, “Dengue”, “Biodiversidade”, “Plantas Exóticas Nativas” e “Arquitetura da Escola”.

As aulas eram orientadas dentro do tema do trimestre, quando os professores promoviam atividades específicas, tais como visitas ao Parque Estadual de Itapuã e a museus; palestras de especialistas; pesquisa e leitura de textos sobre os temas escolhidos; aulas expositivas sobre o processo de elaboração do projeto de pesquisa, entre outros.

Entre as dificuldades enfrentadas pela escola pode-se citar a ausência de recursos materiais para as atividades. Especialmente quando trabalhavam em seus projetos, os estudantes não conseguiam realizar suas pesquisas e digitar seus textos por falta de computadores suficientes. A escola disponibilizava alguns *tablets*, mas o acesso à *internet* era escasso, tanto para esses dispositivos, como para os computadores e até mesmo para os *smartphones* pessoais. Também tinham dificuldade de comprar materiais para as atividades, pois a escola não dispunha de recursos financeiros suficientes. Muitas vezes os professores traziam textos que imprimiam em suas casas, já que a biblioteca da escola não possuía um acervo que contemplasse todos os temas de pesquisa.

A metodologia de projetos foi escolhida pela Frei Pacífico para trabalhar as questões ambientais na escola, abordagem também observada em outros trabalhos (SANTANA, 2013; KLIMA, 2013; TRAJBER; MENDONÇA, 2007; OLIVEIRA, 2007). O levantamento realizado por Trajber; Mendonça (2007) entre 2001 e 2004 mostrou que a Educação Ambiental estava presente nas escolas predominantemente na forma de projetos e ações integradas. Poucas instituições trabalhavam com a Educação Ambiental no formato de disciplina específica, sendo que nesses casos as autoras observaram que eram criados novos tempos e espaços para o desenvolvimento do tema.

Oliveira (2007) entende que inserir a Educação Ambiental na forma de projetos interdisciplinares e integradores pode ser um meio para envolver a comunidade, provocando o engajamento dos professores para a abordagem das questões ambientais também nas suas disciplinas específicas.

A abordagem na forma de projetos favorece o estudo das questões ambientais considerando sua complexidade, envolvendo o estudante como corresponsável por suas aprendizagens e possibilitando que o professor seja mediador desse processo (ARAÚJO, 2011).

Os projetos de trabalho também são sugeridos por Zakrzewski (2007) para trabalhar as questões ambientais nas escolas do campo, tendo como base as políticas públicas de educação, a proposta político-pedagógica da escola do campo e os anseios da comunidade.

Em escolas municipais de Encantado, RS, Klima (2013) observou que a disciplina de Ciências era a que mais se dedicava às questões socioambientais, mas que todas as demais áreas se envolviam com projetos integrados. Nas escolas analisadas por Santana (2013), por outro lado, os resultados mostraram que os professores ainda encontravam dificuldades para trabalhar a Educação Ambiental sob uma perspectiva interdisciplinar.

Casanova (2014) estudou escolas de Garopaba, SC, observando que as práticas interdisciplinares ainda eram um desafio. A autora observou uma tensão entre o que chamou de “normatividade do discurso pedagógico da Educação Ambiental” e os aspectos formativos nas escolas. As concepções das educadoras se fundavam apenas na ideia de incentivar as mudanças de comportamento de forma muito pontual e pouco reflexiva.

A falta de continuidade nas atividades relacionadas às questões ambientais também é uma dificuldade apontada nas pesquisas. Machado (2007), por exemplo, mostrou que as iniciativas de trabalhar com a Educação Ambiental nas escolas partiam de um ou de poucos professores e estavam inseridas em atividades pontuais, relacionadas a datas comemorativas ou a alguns conteúdos das disciplinas de Ciências e de Geografia.

Na Frei Pacífico, os Projetos se dedicavam a manter o foco no “aprendizado sustentável” e na valorização de Itapuã, com a perspectiva de uma formação que buscava a abordagem das questões ambientais e o incentivo à permanência no campo. O projeto foi construído como uma ação de toda a escola, e na prática buscava extrapolar os momentos de oficinas e os Projetos dos estudantes. Em 2018 a escola iniciou um processo de elaboração de um novo Plano Político Pedagógico, o qual se baseava no projeto de aprendizado sustentável. Se a preocupação é com a perenidade da abordagem das questões ambientais na escola, a inscrição no currículo - tanto documental como cotidiano, ou seja, na prática – é de grande importância.

### **Considerações finais**

Na escola Frei Pacífico foram observados diferentes fatores que podem contribuir com a ambientalização do currículo. Tanto na escola Frei Pacífico como nas atividades propostas pelo Parque Estadual de Itapuã, a Educação

Ambiental foi base para a ação pedagógica e para a ampliação do currículo. As propostas organizadas pelos professores buscavam incentivar a valorização das áreas naturais e a permanência dos jovens em Itapuã.

A preocupação com as questões ambientais não era algo recente na Frei Pacífico, mas remontava à época de sua criação, quando já havia a preocupação de trabalhar aspectos sobre a conservação da natureza e sobre a importância do Parque Estadual de Itapuã. No início dos anos 2000, a construção da nova sede para a escola partiu de um projeto de arquitetura sustentável. Na década de 2010, oficinas de Educação Ambiental começaram a ser ministradas na escola, que também participou da Conferência Municipal Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e criou a COM-VIDA. A busca de apoio nas políticas educacionais brasileiras também pode ser elencada aqui.

O projeto “Aprendizagem Sustentável: uma prática para um mundo melhor”, cujo foco na escola era a sustentabilidade, entrou em vigor a partir de 2016 e foi base para a construção do atual Plano Político Pedagógico. Além disso, cabe destacar as ações protagonizadas pelos professores e gestores, preocupados com as questões ambientais e com a valorização do Parque Estadual de Itapuã.

Com relação aos Projetos, destacam-se a docência compartilhada, as turmas multisseriadas e o planejamento conjunto dos professores como estratégias de ampliação da temática ambiental e da Educação do Campo na escola. A Secretaria Municipal de Educação de Viamão possibilitou a presença de todos os professores para atuarem nos Projetos nas sextas-feiras, o que permitia a regularidade das ações. A atividade estava contemplada no projeto da escola e era assumida por todos os professores de forma integrada.

Nesse processo, a escola Frei Pacífico enfrentou dificuldades, especialmente relacionadas a recursos materiais e financeiros e à mobilização dos estudantes para a preocupação ambiental e para a valorização do lugar, desafios que ainda devem ser superados.

A Educação Ambiental, aliada às demais práticas que podem promover a ambientalização do currículo, potencializam a valorização do local, neste caso, do campo, considerando as bases culturais da comunidade, suas lutas e seus anseios.

Por fim, é importante que os gestores tenham plenas condições de acessar as políticas públicas de financiamento para apoiar as práticas pedagógicas nas escolas. Para tanto, as políticas devem ser continuadas e adequadas às realidades das escolas do campo. É prioritário buscar a materialização das ações no cotidiano e fazer essa inscrição nos documentos escolares para, assim, manter a perenidade da Educação Ambiental e construir um currículo ambientalizado contextualizado e desenvolvido na prática.

## Referências

ARAÚJO, Adelmo Fernandes de. **Projetos de trabalho em Educação Ambiental**: uma alternativa transdisciplinar à prática docente. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

BORGES, Carla. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação. Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o futuro**, ano XXI, n. 07, p. 04-10, jun. 2011.

BORGES, Eliane; DUARTE, Tatiana da Silva; HOFFMANN, Marilisa Bialvo. **Visões de sustentabilidade na Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Pacífico – Viamão/RS**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Da Natureza)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BORGES, Marcelo Gules. **Formas de aprender em um mundo mais que humano**: emaranhados de pessoas, coisas e instituições na ambientalização do contexto escolar. 2014. 197f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 03 abr. 2002. Disponível em: <[http://pronacampo.mec.gov.br/imagens/pdf/mn\\_resolucao\\_1\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/imagens/pdf/mn_resolucao_1_de_3_de_abril_de_2002.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. Decreto no 7.083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre o Programa Mais Educação**. Brasília, 27 de jan. de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm)>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. **Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em: 06 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o futuro**, ano XXI, n. 07, jun. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/agroecologia\\_e\\_extensao\\_rural\\_contribuicoes\\_para\\_a\\_promocao\\_d\\_e\\_desenvolvimento\\_rural\\_sustentavel.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia_e_extensao_rural_contribuicoes_para_a_promocao_d_e_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf)>. Acesso em 25 out. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão “ecocivilizatória” e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 35-49, jul./dez. 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 1, p. 28-39, 2010.

CASANOVA, Ananda. **“A consciência muito grande” da educação ambiental: a experiência escolar no município de Garopaba/Santa Catarina (2013)**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FARIAS, Carmem Roselaine de Oliveira. A ambientalização do currículo do ensino básico segundo nossos olhares e práticas de pesquisa. In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIGACIÓN EN DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS, 9., 2013, Girona: 2013. **Anais do IX Congresso Internacional sobre Investigación en Didáctica de Las Ciencias**. Girona: 2013. Disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/307065>>. Acesso em 11 dez. 2017.

FORQUILHA, Salvador. **Inquérito de Terreno: É possível falar de rigor em metodologias qualitativas? Em que condições e usando que critérios?** Maputo: IESE, 2013. Disponível em <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/TD/TD-SF.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2015.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst. Ambientalização do currículo no Brasil: levantamento de teses e dissertações entre 2011 e 2014. *Educação por Escrito*, v. 8, n. 1, 2017, p. 67-84.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst. **Educação e Natureza: os desafios da ambientalização em escolas próximas a unidades de conservação**. 2018. 281 f.

Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. **Escolas Sustentáveis**: três experiências no município de São Leopoldo - RS. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KLIMA, Marlou Cristina. **Educação, questões socioambientais e construção da cidadania planetária**: um estudo em Escolas Municipais de Ensino Fundamental da cidade de Encantado – RS. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento)- Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2013.

LEITE LOPES, José Sergio. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n 12, p. 31-64, 2006.

MACHADO, Júlia Teixeira. **Um estudo diagnóstico da Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental do município de Piracicaba/SP**.2007. 192p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Interunidades da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”; Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), Piracicaba, São Paulo, 2007.

MEIRELES, Camila P.; SANTOS, Douglas Camelo R. dos; PIMENTEL, Douglas de S. Caminhos para a educação ambiental em parques. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. Vol. 6, no 10. 2018, p. 55-70.

MELO, José Carlos de. **Por entre as águas do sertão**: currículo & educação ambiental das escolas rurais do Jalapão. 2011. 257 f. Tese (Doutorado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOREIRA, Tereza. Escola sustentável: currículo, gestão e edificação. In: BRASIL. Ministério da Educação. Espaços educadores sustentáveis. **Salto para o futuro**, ano XXI, n. 07, p. 17-22, jun. 2011.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007,p. 103-114.

PIRES, Mateus Marchesan. **Educação ambiental e suas representações no cotidiano da escola**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SANTANA, Gildo Rafael de Almeida; GAMA, José Aparecido da Silva; SANTOS, Eliane Barbosa. Análise da inserção da educação ambiental nas escolas estaduais da região central da Área de Proteção Ambiental Costa dos

Corais (AL). *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 13, n. 4: 216-227, 2018.

SANTANA, Patrícia Mariana da Costa. **Projetos de Educação Ambiental Na Rede Municipal de Ensino de Mogi Mirim: desafios à prática pedagógica.** 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia)-Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2013.

SANTOS, Lilian Souza; TEIXEIRA, Marcos. Educação ambiental nas escolas da Serra da Jiboia (BA): possibilidades de contribuições com o projeto de educação do campo. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v.11, n. 2, p. 385-399, 2016.

SANTOS, Milton Almeida dos. O Lugar: Encontrando O Futuro. *Rua Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 6, p. 34-39, 1997.

SCHMITT, Estela Lidia. **Olhar atento para a educação ambiental nas escolas do campo.** 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

SILVA, Renata. **Entre questões ambientais e educacionais: ambientalização do currículo na região do Alto Capibaribe, Pernambuco.** 2013. 268f. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA, Wesley de; AGUIAR, Renata Gonçalves. Educação ambiental em duas escolas localizadas no entorno da Reserva Biológica do Jaru – Amazônia Ocidental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 13, n. 1: 172-191, 2018.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos. (orgs.) **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental.** Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

VALOIS, Raquel Souza. **Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA): análise de uma política pública de educação ambiental e sua implementação em duas escolas de Teresina-Piauí.** 2013. (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, jan.-mar. 2016, p. 61-78.

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. A Educação Ambiental nas escolas do campo. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007, p. 199-208.

ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi. Por uma Educação Ambiental crítica e emancipatória no meio rural. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, v. 1, n. 0, p. 79-86, 2004.